



ORDEM  
DOS ENGENHEIROS  
REGIÃO SUL

## Informação ao CDRS

### Certificação de atributos profissionais através do Cartão de Cidadão

#### Ponto da situação

#### **1. Convite à OE para ser uma das Ordens Profissionais piloto do projeto**

Em agosto de 2011, a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) enviou uma carta ao Sr. Bastonário convidando a Ordem dos Engenheiros para ser uma das Ordens Profissionais piloto do projeto de certificação de atributos profissionais através do Cartão de Cidadão.

Este projeto utilizaria a infraestrutura tecnológica de suporte ao Cartão de Cidadão para a criação de assinaturas digitais e autenticação na qualidade profissional do titular do cartão (Engenheiro, Arquiteto, etc.) junto de entidades licenciadoras, câmaras municipais, etc., validada exclusivamente pela Ordem Profissional, de forma automática, conforme os registos na respetiva base de dados (título profissional, especialidade, etc.).

A Região Sul emitiu um parecer, aprovado pelo CDRS em 13 de outubro, concluindo que "não há inconvenientes e pode até haver algumas vantagens em a Ordem dos Engenheiros participar neste projecto piloto, desde que sejam salvaguardadas algumas condições" (ver parecer em anexo).

Segundo informação do Eng. Vaz Lopes, houve uma reunião com a AMA, em que participaram o Sr. Bastonário e ele próprio, mas o CDN sempre "torceu o nariz" a fazer um protocolo com a AMA, como o que, na altura, tinha sido, ou ia ser, assinado pela Ordem dos Arquitetos, entre outras razões pela indefinição de custos, já que havia investimentos ao nível informático.

#### **2. Desenvolvimentos ocorridos**

Algum tempo depois, desloquei-me com a Dr.ª Graça Câmara, dos Serviços Jurídicos Nacionais e que também colabora com o CNOP, à Ordem dos Arquitetos que, supostamente, era a que ia mais adiantada no projeto, onde o responsável pelo assunto nos informou que o projeto estava parado, alegadamente por falta de recursos financeiros do Estado.

A AMA não voltou a dar notícias sobre o projeto.

Nas outras Regiões da OE não há conhecimento de nenhum desenvolvimento concreto do projeto.

Entretanto, do ponto de vista legislativo, foi-se consagrando a certificação de atributos profissionais através do Cartão de Cidadão:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012 (10JAN), que na Medida 12 previa "Disponibilizar o sistema de certificação de atributos profissionais com o cartão de cidadão durante o 2.º semestre do ano de 2012", o que não se concretizou;
- Lei n.º 2/2013 de 10JAN, que no Art. 51.º prevê que a certificação de atributos profissionais pode ser efetuada com interação eletrónica entre o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais com o Cartão de Cidadão e os sistemas mantidos e geridos pela associação pública profissional, mas que, quando não for possível, por motivos de indisponibilidade das plataformas eletrónicas, bem como nos casos em que o interessado não disponha de meios que lhe permitam aceder às mesmas, a prova da qualidade de associado e respetivos títulos profissionais pode ser feita através de outros meios.
- Lei n.º 40/2015, que nos Artigos 22.º e 23.º remete para o citado Art. 51º da Lei n.º 2/2013.

As intenções políticas patentes na legislação não tiveram, tanto quanto se sabe, nenhum desenvolvimento prático.

Paralelamente, desde há vários anos que a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas faculta ao Ministério das Finanças a identidade dos TOC e estes usam o respetivo Cartão de Cidadão para se autenticarem no Portal das Finanças e entregarem declarações fiscais eletrónicas por conta dos seus clientes.

### **3. Protocolos entre a AMA e outras Ordens Profissionais**

A Ordem dos Arquitetos assinou um protocolo com a AMA cujo conteúdo não é publicamente conhecido.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET) assinou, em 15FEV2013, um protocolo com a AMA, cujo conteúdo é público. Este protocolo tem por objeto a definição das regras de cooperação entre a AMA e a OET no âmbito do projeto de implementação do Sistema de Certificação de Atributos Profissionais, mas define apenas intenções de atuação, sem entrar na implementação de soluções práticas.

Aparentemente, o resultado da colaboração entre a AMA e a OET limita-se a permitir aos membros da OET utilizar o cartão de cidadão como meio, alternativo à digitação da password, no acesso à área reservada do site da OET.

#### **4. Desenvolvimentos futuros**

Dos contatos que mantive com os responsáveis das outras Regiões da OE (Engs. Filipe Figueiredo e João d'Orey) concluí que em nenhuma há qualquer desenvolvimento previsto fora do quadro da futuro sistema integrado de gestão (SIGOE) que está em preparação.

No âmbito do SIGOE, que a Quidgest, empresa que está a desenvolver o projeto, pretende que esteja a funcionar no início de 2016, está previsto:

- O aprofundamento do relacionamento eletrónico já existente entre os Membros e a Ordem dos Engenheiros;
- O uso do Cartão de Cidadão para os Membros se autenticarem no Sistema e interagir com ele;
- A possibilidade de os Membros imprimirem, em casa ou no escritório, Declarações e Certificados emitidos pela Ordem, que hoje podem ser obtidos, de um dia para o outro, sem necessidade de deslocação às sedes da OE, mas que são por esta impressos, selados em branco e enviados pelo correio;
- Configurar o Sistema de modo a permitir adaptá-lo a novas funcionalidades e desenvolvimentos futuros, entre os quais a certificação de atributos profissionais através do Cartão de Cidadão quando esta for implementada pela Administração Pública.

#### **5. Conclusão**

O projeto piloto da AMA, envolvendo várias Ordens Profissionais, entre as quais a OE, não chegou a ser desenvolvido. Aparentemente está bloqueado. As Ordens Profissionais não podem ultrapassar esta situação.

Dado que certificação de atributos profissionais através do Cartão de Cidadão continuou a ser considerada em legislação entretanto publicada, é provável que o projeto venha a ser desbloqueado.

Pelo lado da Ordem dos Engenheiros, o SIGOE terá possibilidade de interagir com a plataforma eletrónica de certificação de atributos profissionais através do Cartão de Cidadão.

*António Marques*

Diretor

13JUL2015

## Anexo

### Parecer da Região Sul sobre a certificação electrónica do Engenheiro através do Cartão de Cidadão (proposta da Agência para a Modernização Administrativa)

Após análise da documentação e esclarecimentos disponibilizados sobre o assunto, a Região Sul concluiu que não há inconvenientes e pode até haver algumas vantagens em a Ordem dos Engenheiros participar neste projecto piloto, desde que sejam salvaguardadas algumas condições.

A Ordem dos Engenheiros deve assegurar que é a única entidade competente para atribuir o título profissional de Engenheiro e que a certificação dessa qualidade tem de ser feita sempre pela Ordem, mesmo que veiculada pelo Cartão de Cidadão.

O sistema está concebido para a certificação ser on-line o que elimina situações em que o Engenheiro possa deixar de estar activo como membro da OE e ainda assim essa informação constar do cartão de cidadão. Deste modo fica salvaguardada a possibilidade de abuso por parte de ex-membros da Ordem, membros suspensos ou membros isentos do pagamento de quotas por não estarem a exercer a profissão.

Por norma, decorrente do próprio Estatuto da Ordem, a certificação da qualidade de Engenheiro será reservada apenas a membros efectivos na situação de activo. No entanto, pode-se admitir a hipótese de, futuramente, e em função dos resultados do projecto-piloto e da experiência adquirida, também possa, analogamente, ser certificada a qualidade de Engenheiro Estagiário.

A Ordem dos Engenheiros e os seus membros podem beneficiar, participando neste projecto-piloto, em reduzir o risco de ambiguidade ou confusão entre a qualidade de Engenheiro e a de Engenheiro Técnico. No entanto, para que assim seja, a Ordem dos Engenheiros deve obter, da Agência para a Modernização Administrativa, garantias nesse sentido.

A Ordem dos Engenheiros pode também beneficiar em termos de imagem, perante a sociedade e os seus próprios membros.

No que respeita a eventuais futuros desenvolvimentos, decorrentes deste projecto, nomeadamente no âmbito da certificação profissional de qualificações e competências, a Ordem dos Engenheiros deverá analisar oportunamente a respectiva viabilidade, vantagens e inconvenientes, incluindo as repercussões nas receitas próprias da Ordem derivadas da prestação destes serviços.

(Aprovado pelo CDRS, em 13OUT2011)